

# Um banco central mundial

Economia Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO 26 OUT 1998

Neste período de incerteza e expectativa sobre a evolução da crise financeira internacional e sobre os rumos da economia brasileira em tal contexto, a única certeza consensual é que tanto os governos quanto as instituições financeiras internacionais foram apanhados de surpresa por uma situação que não sabem como enfrentar. Mais que isso, as instituições financeiras internacionais privadas, altamente criativas no que se refere ao desenvolvimento de novas modalidades e parâmetros de operações, visando prioritariamente à chamada "alavancagem" de ganhos, não revelam, nem de longe, a mesma criatividade quando se trata de deter o fluxo de perdas sem, para tanto, mergulhar toda a economia real do planeta em recessão. Na verdade, contribuem para agravar o desastre ao buscar atropeladamente o tipo de segurança "clássica", que se traduz na compra de títulos do Tesouro americano.

Nesse cenário, muitos analistas e economistas aferram-se a dogmas do passado, alguns eivados de motivações ideológicas, sem se dar conta de que na prática estamos enfrentando uma realidade nova que exige soluções realistas que não se encontram nos manuais. O secretário do Tesouro norte-americano, Robert

Rubin, admitia, há algumas semanas, que "estamos lidando com fenômenos que nunca tínhamos visto antes"; e o presidente do Fed, Alan Greenspan, admitiu perplexo, na véspera de reduzir os juros pela segunda vez, que "nunca vira nada de parecido antes", referindo-se à fuga de capitais financeiros para os títulos do Tesouro americano. O que está sendo chamado de "aversão ao risco" provocou o desaparecimento do crédito para os países emergentes.

Em artigos de economistas reputados, das mais diversas tendências, que vimos reproduzindo podemos perceber que a perplexidade é geral. Recentemente, William Greider, do *Washington Post*, falava do "colapso da ortodoxia" e exortava os governos a "reconhecer a necessidade de estancar a deterioração da economia real, de produção e consumo, em lugar de concentrar-se apenas nos mercados financeiro e bancário". Lembrava inclusive o fato de que foi uma intervenção do governo americano, de estilo keynesiano, que tirou os EUA (e o mundo) da Grande Depressão dos anos 30. Nesta semana, J. T. Young, economista e também escrevendo para o *Washington Post*, mas a serviço do Comitê de Política Republicana do Senado americano, acusava Greider de "esquerdis-

mo" e defendia, na linha de Milton Friedman, a completa ausência de ações ou intervenções governamentais no mercado. Considera ele que "a crise econômica global resultou de os governos tentarem fazer o que não podem fazer – manipular os mercados e fazer que superem em desempenho os mercados li-

bres", o que em parte é verdade em alguns países cujos governos seguiram políticas erradas. Mas no plano internacional esse apego exagerado à liberdade

de mercado inverte os termos da questão. A crise demonstrou com toda clareza que os mercados supostamente "livres" vinham sendo altamente manipulados por fundos, bancos, instituições e investidores privados, de maneira aliás descoordenada e até desinformada, para não dizer leviana. No caso do Japão, cujos bancos privados ocupavam lugar de destaque no "ranking" internacional, o que se verificou foram imprudentes orientações de crédito e de alavancagem. É patente, portanto, que a crise – ou, pelo menos, o seu alastramento – resultou da falta de uma supervisão financeira internacional semelhante à que os bancos centrais nacio-

nais exercem internamente, em certos casos muito mal, aliás. Isso pode ser lido nos pronunciamentos de Alan Greenspan, presidente do Fed americano, que poderia igualmente ser acusado de "anticapitalista", na absurda análise do sr. Young.

Não se trata, portanto, de saber quem é mais ou menos liberal, mais ou menos "esquerdista", mais ou menos estatizante, ou qualquer outro epíteto de natureza ideológica. Trata-se simplesmente de reco-

nhecer que o capitalismo financeiro, que historicamente teve de submeter-se a regras governamentais impostas em cada país por sociedades livres e democráticas, precisa também submeter-se a regras desse tipo no plano global. Precisa ser submetido à fiscalização e supervisão de um banco central internacional. Do mesmo modo que o "laissez-faire" radical nessa área produziu no passado desastres econômicos nacionais que ficaram famosos, a falta de regulamentação e policiamento internacional de suas operações, hoje globalizadas, oferece riscos inaceitáveis para a economia real de todo o planeta, cujos sinais já se tornam mensuráveis.

**Muitos analistas aferram-se aos dogmas do passado sem se dar conta de que o mundo mudou**